



<b>Bolsas</b> Na quarta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quarta-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,17% São Paulo	136.340 15/8 18/8 19/8 20/8	R\$ 5,472 (- 0,51%)	14/agosto 5,417 15/agosto 5,398 18/agosto 5,434 19/agosto 5,500	R\$ 6,378	14,90%	14,91%	Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

# Bancos brasileiros sob risco de sanções

Diante da forte queda das ações de instituições financeiras, provocada por um despacho seu, o ministro Flávio Dino, do STF, ironizou a perda de R\$ 42 bilhões em um só dia. Alexandre de Moraes, alvo da Lei Magnitsky, afirmou que os bancos podem sofrer punições

» RAFAELA GONÇALVES

Fellipe Sampaio/TST



As declarações do ministro Dino foram feitas durante sua palestra no Seminário Internacional de Precedentes na Justiça do Trabalho, do TST

O Supremo Tribunal Federal (STF) voltou ao centro das atenções do mercado financeiro nesta semana, após decisões que lançaram dúvidas sobre a aplicação de sanções internacionais no Brasil. Magistrados da Corte alertaram que bancos nacionais podem ser penalizados caso acatem ordens estrangeiras, enquanto o impacto imediato no mercado evidencia a sensibilidade dos investidores diante de temas envolvendo soberania e legislação internacional.

O ministro Alexandre de Moraes, alvo de sanções do governo dos Estados Unidos por meio da Lei Magnitsky, afirmou, ontem, que instituições financeiras brasileiras podem sofrer punições se bloquearem ativos localizados no país em cumprimento a ordens norte-americanas.

“Os tribunais brasileiros podem punir instituições financeiras nacionais que bloquearem ou confiscarem ativos domésticos em resposta a ordens norte-americanas”, disse em entrevista à Reuters. Moraes explicou que, embora a atuação da Justiça americana sobre bancos que operam nos EUA esteja dentro da legislação norte-americana, decisões de tribunais e governos estrangeiros só têm efeito no Brasil após validação judicial em território nacional. “Da mesma forma, se os bancos resolverem aplicar a lei internamente, eles não podem. E aí eles podem ser penalizados internamente”, acrescentou.

A preocupação dos investidores se intensificou por causa do parecer do ministro Flávio Dino, que, na segunda-feira, decidiu que leis e atos estrangeiros não produzem efeitos automáticos no Brasil, salvo em casos de homologação judicial ou cooperação internacional.

Embora a decisão esteja formalmente vinculada a processos sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho, agentes econômicos entendem que ela se estende ao episódio envolvendo Moraes, provocando incerteza sobre a atuação dos bancos frente à Lei Magnitsky, que impede o ministro de realizar movimentações financeiras em instituições.

A reação do mercado não tardou. Segundo levantamento do economista Einar Rivero, CEO da Elos Aytá Consultoria, no dia seguinte ao parecer, os cinco maiores bancos do país perderam juntos quase R\$ 42 bilhões em valor de mercado, refletindo a pressão dos investidores



**Eu proferi uma decisão ontem (terça) e antes de ontem, que dizem que derrubou os mercados. Não sabia que eu era tão poderoso. R\$ 42 bilhões de especulação financeira”**

**Flávio Dino, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)**

diante do risco de sanções.

Em tom irônico, Dino comentou a repercussão das decisões do STF, afirmando que não cabe ao Judiciário fixar preços de ações. “Eu proferi uma decisão ontem (terça) e antes de ontem, que dizem que derrubou os mercados. Não sabia que eu era tão poderoso. R\$ 42 bilhões de especulação financeira”, disse em palestra no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O ministro reforçou que a Corte apenas interpreta a lei e baliza princípios de soberania já consolidados, e que os mercados deveriam agir com “mais sensatez e menos ganância”. “Há aspectos de política externa e comercial, aspectos de relações políticas e econômicas, que não cabe ao Poder Judiciário decidir. Nós vamos até um certo momento. A gente baliza e interpreta a lei”, afirmou.

Dino zombou, ainda, da cobrança sobre os impactos da decisão no mercado financeiro. “Ontem e hoje me perguntam: ‘E agora? O que vai acontecer com os mercados?’ E eu digo: ‘É o Supremo que vai fixar o valor de ação no mercado? Não!’

### Impacto indireto

Para Marcelo Godke, sócio do Godke Advogados e especialista em Direito Internacional Empresarial, embora a Lei Magnitsky não tenha efeitos diretos em território brasileiro, suas consequências podem se manifestar de forma indireta. “As sanções são aplicadas a empresas que mantêm atividades nos Estados Unidos. Portanto, se uma empresa brasileira possui operações diretas no país, seja por si mesma, seja por meio de subsidiárias, estará sujeita a multas e penalidades caso o governo americano entenda que a Lei Magnitsky está sendo contornada”, explicou.

Nesse contexto, de acordo com o advogado, o impacto primário ocorre nos EUA, refletindo-se indiretamente no Brasil. “Bancos com presença nos Estados Unidos, como BB Américas (controlado pelo Banco do Brasil), BTG Pactual, XP e Itaú, podem ter suas operações e subsidiárias afetadas, caso se entenda que uma ordem do governo

americano está sendo descumprida no Brasil. Ou seja, embora a norma não produza efeito direto aqui, empresas controladas por companhias brasileiras podem sofrer sanções se houver violação da lei americana”, detalhou Godke.

O especialista observou ainda o caso de empresas americanas com forte presença no Brasil, como Visa, Mastercard e plataformas digitais. “É improvável que suspendam suas operações no país, mas podem enfrentar sanções severas nos Estados Unidos, caso descumpram determinações do governo americano. Seriam multas multibilionárias e outras penalidades financeiras”, alertou.

Na prática, segundo ele, essas companhias terão de decidir a quem obedecer: ao governo americano ou, eventualmente, às ordens do Judiciário brasileiro. “É um dilema jurídico complexo. Certamente, farão uma análise de risco e tenderão a seguir as diretrizes do governo americano, dado o potencial impacto financeiro das sanções.”

## Mercado suspira

» RAPHAEL PATI

Em dia marcado pela publicação da ata do Federal Reserve (Fed) — Banco Central dos Estados Unidos —, o dólar registrou queda de 0,48% e encerrou o dia de ontem cotado a R\$ 5,47. O movimento vai na mesma direção da moeda no exterior, visto que o Índice DXY (que mede o valor do dólar no mundo) acumulou baixa de 0,04%.

A ata do Fed, divulgada ontem, mostrou que a decisão pela manutenção dos juros nos Estados Unidos, na última reunião do Comitê de Mercado Aberto, o FOMC, no dia 30 de julho, foi quase unânime. “Quase todos os participantes consideraram apropriado manter a faixa-alvo para a taxa dos fundos federais entre 4,25% e 4,50% nesta reunião”, destaca o documento.

No mesmo dia, o presidente dos EUA, Donald Trump, fez críticas ao presidente do Fed, Jerome Powell e voltou a pedir a renúncia da diretoria do banco. “As pessoas não conseguem obter uma hipoteca por causa dele. Não há inflação, e todos os sinais apontam para um grande corte nos juros”, escreveu Trump, em sua rede social, a Truth Social.

Nesse contexto, os principais índices norte-americanos fecharam o dia em baixa. O S&P 500 recuou 0,24%, enquanto que o Nasdaq teve queda de 0,67%. Já o Dow Jones ficou praticamente estável, com leve alta de 0,04%.

Luciano Nakabashi, professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto, avalia que a ata do Fed traz a preocupação com a inflação devido, sobretudo, às tarifas de Donald Trump. “De fato, se as tarifas forem mantidas, é provável que o ciclo de queda dos juros nos EUA não ocorra em breve. Acho que é algo que tem ficado mais visível a questão das tarifas começando a afetar os preços nos EUA”, destaca.

No mesmo dia, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3), fechou em alta de 0,17%, aos 134.666 pontos, com uma leve recuperação dos bancos, afetados pelas incertezas em relação à relação com os Estados Unidos. As ações da Petrobras (PETR4) também contribuíram para o resultado, com uma alta de 0,6%.

## Lula e Macron discutem tarifaço

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva telefonou ontem para o presidente da França, Emmanuel Macron, e manifestou repúdio ao tarifaço imposto pelos Estados Unidos ao Brasil. O mandatário contou a Macron sobre o recurso apresentado à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a sobretaxa e também sobre os esclarecimentos prestados pelo Itamaraty na investigação, que mira o Pix, enviados aos EUA na segunda-feira.

A conversa faz parte de uma rodada de telefonemas promovida

por Lula com líderes de países dos Brics e da Europa. “O presidente Lula repudiou o uso político de tarifas comerciais contra o Brasil e relatou as medidas que seu governo adotou para proteger os trabalhadores e as empresas brasileiras”, disse o Planalto em nota sobre a ligação, que durou quase uma hora. “Também informou o presidente Macron do recurso que o Brasil apresentou à OMC contra as injustificadas tarifas norte-americanas”, acrescentou.

Lula também criticou a investigação pela Seção 301 da Lei de Comércio dos Estados Unidos, que mira o Pix, o suposto aumento no

desmatamento e a venda de produtos paralelos em locais como a Rua 25 de Março, em São Paulo. O presidente frisou que não reconhece a legitimidade dos instrumentos unilaterais usados pelos EUA contra outros países.

Outro tópico da conversa foi o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, motivo de desavença entre Lula e Macron. Ainda assim, ambos concordaram em finalizar a negociação do tratado até o final do ano, segundo a nota brasileira. Já o comunicado emitido por Macron em suas redes sociais, em português, não fala em datas, e

reafirma a preocupação com o efeito na competitividade do agronegócio francês. “No que diz respeito ao Mercosul, reiterarei que estou pronto para um acordo UE-Mercosul ambicioso, desde que preserve os interesses da nossa agricultura francesa e europeia e esteja ao serviço das nossas economias respectivas”, enfatizou Macron.

Lula e Macron trataram ainda sobre a COP 30, e o brasileiro reforçou a importância da participação de líderes da União Europeia e da adoção de metas ambiciosas para o combate às mudanças climáticas.

Ricardo Stuckert/PR



Os dois presidentes mantêm uma conhecida relação de amizade